

<https://abori.com.br/amazonia/perda-de-biodiversidade-mudancas-climaticas/>



## Conservação de vegetação nativa é fundamental para combate às mudanças climáticas, advertem cientistas

23 de maio de 2024 [SALVAR LINK](#) FOTO: DEZALB / PIXABAY



Mudanças climáticas podem levar à perda de biodiversidade: imagem mostra vista panorâmica de floresta nativa

Compartilhe este conteúdo

[Compartilhe no WhatsApp](#) [Compartilhe no Facebook](#) [Compartilhe no Instagram](#)

### Highlights

- Pesquisadores do Brasil e do exterior listam seis pontos-chave para manter a biodiversidade e reduzir efeitos das mudanças climáticas
- Impactos de eventos como secas e enchentes aumentam com degradação de ecossistemas nativos pela expansão do cultivo agrícola e de florestas plantadas de pinus ou eucalipto
- Grande parte do carbono é armazenada nos solos e, por isso, a proteção da biodiversidade nativa é essencial para evitar emissões

A mitigação do impacto das mudanças climáticas na perda de biodiversidade passa por adotar medidas que preservem a vegetação e o solo nativos, já que eles são responsáveis por estocar carbono. Seria preciso evitar a fragmentação desses ambientes e realizar a correta recuperação de áreas degradadas. É o que dizem pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Centro de Conhecimento em Biodiversidade, em parceria com colegas de instituições estrangeiras, em reflexão publicada na revista científica “BioScience” nesta quinta (23).

Dentre as principais recomendações dos especialistas, estão a coibição do plantio de florestas baseadas em espécies exóticas, como pinus ou eucalipto, e a promoção de um uso mais consciente da terra para atividades agrícolas, o que evitaria a expansão de áreas de cultivo.

Com uso da literatura científica recente, os pesquisadores elencam seis pontos-chave para mitigar as mudanças climáticas: a conservação de estoques e sumidouros de carbono, a restauração adequada de áreas degradadas, a conservação integrada de fauna e flora locais, o investimento em mais produtividade agrícola em vez da devastação de novas áreas naturais para cultivo, a incorporação de medidas práticas para sustentabilidade por empresas e instituições financeiras e a colaboração entre especialistas para alinhar políticas e ações necessárias aos desafios ambientais. Esse último ponto poderia ser feito por meio da união das Conferências das Nações Unidas (COPs) sobre Biodiversidade e Clima, que atualmente têm calendários distintos de realização.

A substituição de ecossistemas originais por florestas plantadas, por exemplo, pode aumentar as emissões de gases causadores do efeito estufa. Isso acontece porque o processo de tirar a vegetação original deixa o solo exposto, o que faz com que ele libere mais carbono. Por consequência, isso pode ampliar o impacto dos eventos climáticos extremos, como secas e enchentes. Os autores alertam: “ao introduzirmos um número limitado de espécies não nativas em uma determinada região, podemos, inadvertidamente, destruir a funcionalidade ecológica do ambiente, o que pode refletir na capacidade de fornecer nascentes de água, manter polinizadores para agricultura, controlar a umidade e o clima e influenciar o regime de chuvas”.

Em áreas como a Amazônia, os cientistas enfatizam a prioridade absoluta de parar o desmatamento e a degradação da floresta remanescente – e avaliam que a restauração só se tornará prioridade depois destes objetivos serem alcançados. “Para o Brasil, a mensagem seria a necessidade de elevar muito a prioridade de áreas desmatadas. Apesar de discurso do governo, elas ainda não são tão prioritárias quanto áreas com grandes impactos ambientais de mineração ou energia, agricultura e infraestrutura de transportes”, avalia o pesquisador do Inpa Philip Fearnside, um dos autores do artigo.

Os pesquisadores também recomendam aos formuladores de políticas públicas que não aprovelem projetos de lei que descaracterizem as áreas de

proteção e promovam a expansão de áreas agrícolas. “O Brasil precisa largar de planos de extrair petróleo até a foz do rio Amazonas, de abrir vastas áreas de floresta com rodovias como a BR-319 e AM 366, de legalizar reivindicações de posses em terras públicas, de subsidiar pastagem e soja e de construir mais barragens amazônicas”, conclui Fearnside.

#### **Termos de uso**

Todos os releases sobre as pesquisas nacionais já publicados na área aberta da Bori (e que, portanto, não estão sob embargo) podem ser reproduzidos na íntegra pela imprensa, desde que não sofram alterações de conteúdo e que a fonte Agência Bori seja mencionada.

Veja como citar a BORI quando for publicar este artigo:

Fonte: [Agência Bori](#)

Ao usar as informações da Bori você concorda com nossos [termos de uso](#).